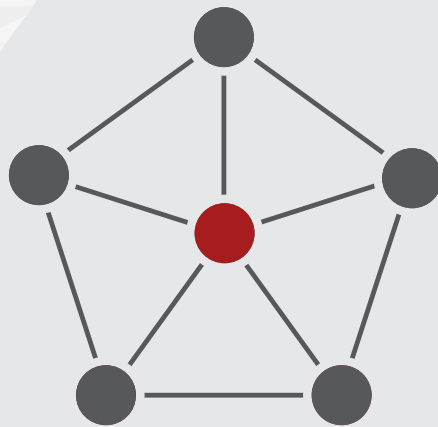


1^ª Reunião Preparatória ao

10^º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO



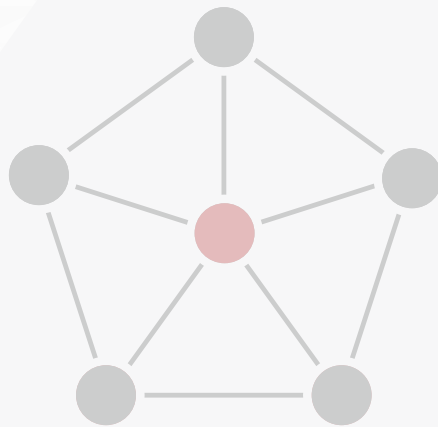
2ª Reunião da Rede de
Priorização
do **1º Grau**
da Justiça

1^a Reunião Preparatória ao

10^o ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO



2^a Reunião da Rede de
Priorização
do 1^o Grau
da Justiça



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| | |
|--|---|
| Presidente | Ministro Ricardo Lewandowski |
| Corregedora Nacional de Justiça | Ministra Nancy Andrighi |
| Conselheiros | Ministro Lelio Bentes Corrêa Carlos Augusto de Barros Levenhagen Daldice Maria Santana de Almeida Gustavo Tadeu Alkmim Bruno Ronchetti de Castro Fernando César Baptista de Mattos Carlos Eduardo Oliveira Dias Rogério José Bento Soares do Nascimento Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior José Norberto Lopes Campelo Luiz Cláudio Silva Allemand Emmanuel Campelo de Souza Pereira |
| Secretário-Geral | Fabício Bittencourt da Cruz |
| Diretor-Geral | Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes |
| Organização | Departamento de Gestão Estratégica (DGE) |

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social

| | |
|---|------------------|
| Secretária de Comunicação Social | Giselly Siqueira |
| Projeto gráfico | Eron Castro |
| Revisão | Carmem Menezes |

2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

- 1** Informações gerais 7
- 2** Solenidade de abertura 8
- 3** Lançamento do Sistema de Mediação Digital 10
- 4** Palestra: “Sistema Eletrônico de Execução Penal” 12
- 5** Painel: Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição 14
- 6** Painel: Estratégia Nacional do Poder Judiciário 17
- 7** Reuniões da Rede de Priorização do Primeiro Grau 19
- 8** Reuniões da Estratégia Nacional 21
- 9** Debate com os membros da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento 22

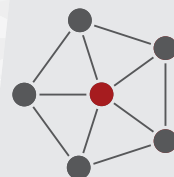
1 Informações gerais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a **1ª Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário** em conjunto com a **2ª** Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau, nos dias 3 e 4 de maio de 2016, na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília/DF.

O evento contou com a participação dos presidentes dos Tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, da Rede de Priorização do Primeiro Grau e das áreas de Gestão Estratégica, além de representantes de associações de magistrados e de entidades de servidores.

O principal objetivo da 1ª Reunião Preparatória foi dar início à elaboração da proposta de metas nacionais para 2017 pelos segmentos de Justiça. A 2ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau, por sua vez, visou promover diálogos para prospectar possíveis soluções para as linhas de atuação da política, priorizadas por cada Segmento de Justiça.

Ao longo deste Relatório, encontram-se referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos do evento.



2 Solenidade de abertura

O Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, dando início à abertura do evento, cumprimentou e agradeceu a presença das autoridades que compuseram a mesa de abertura: a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Francisco Falcão, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Ives Gandra, e o Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Ministro William Barros. Cumprimentou também todos os presentes e ressaltou a importância do fortalecimento, da união e do diálogo entre as instituições.

O Ministro destacou a importância da interlocução aberta acerca de decisões para a construção de uma sociedade participativa. Apontou que, no estabelecimento das metas nacionais, deve haver um diálogo fértil entre os órgãos do Poder Judiciário.

Salientou que, apesar do panorama nacional desfavorável, agravado pela crise econômica e com um país politicamente fragmentado, o número crescente de participantes no evento demonstra que a magistratura é um exemplo de união.

Enfatizou que o Poder Judiciário é uma referência para o País de como se deve trabalhar visando à produtividade crescente no que diz respeito à apreciação jurisdicional. E ainda ressaltou que atualmente o Judiciário é um Poder mais aberto, mais transparente e mais produtivo.





Discurso de Abertura do Evento

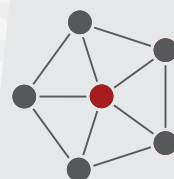
O Ministro Lewandowski exaltou os recentes avanços do Poder Judiciário, tais como a importância do incentivo aos métodos alternativos de solução de conflitos – como a conciliação e a mediação –, das audiências de custódia e do programa do CNJ Cidadania nos Presídios.

Mostrou-se preocupado com a segurança dos magistrados, relatando que foi designado um grupo especial com o intuito de assegurar cada vez mais a incolumidade física e psíquica de todos os magistrados do país.

O Presidente do CNJ evidenciou que essa gestão tem dado ênfase ao planejamento estratégico, em que foram instituídas resoluções estruturantes para a magistratura, com a pretensão de abrir nova senda em que os magistrados participem democraticamente da gestão do CNJ, o primeiro grau de jurisdição seja valorizado e se busquem soluções alternativas de conflitos.

Por fim, reforçou o entendimento de que o CNJ quer ouvir os órgãos do Judiciário, em contraposição de culturas antigas que estabeleciam metas de cima para baixo.

O arquivo com a apresentação do Ministro Lewandowski pode ser acessado pelo *link*: [Apresentação: Ministro Ricardo Lewandowski](#).



3 Lançamento do Sistema de Mediação Digital

Após a abertura solene, o CNJ lançou o Sistema de Mediação Digital. Compuseram a mesa o Presidente do Conselho e do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, o Superintendente Nacional da CAIXA, Gryecos Loureiro, e a Diretora de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Simone Freire.

Foi transmitido um vídeo explicativo sobre o Sistema, o qual noticiou que a ferramenta vai permitir acordos, celebrados de forma virtual, de partes do processo que estejam distantes fisicamente, como, por exemplo, entre consumidores e empresas.

O Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ André Gomma foi convidado a explanar sobre aspectos técnicos do Sistema. André Gomma esclareceu que a ferramenta aproxima empresas e clientes, bem como se destina a auxiliar o usuário a resolver o conflito. O Juiz Auxiliar afirmou também que a ideia é que o final de todo processo não seja uma sentença, mas uma solução. Para o Juiz Auxiliar, enquanto no Poder Judiciário as partes se veem de lados opostos, na mediação elas são instadas a estarem do mesmo lado para encontrarem uma solução rápida.

O CNJ assinou Termo de Cooperação Técnica com a ANS e com a CAIXA. O termo de cooperação do CNJ com a ANS é para atuar de forma articulada para reduzir demandas judiciais relacionadas à assistência à saúde suplementar e garantir a proteção e a defesa dos direitos do consumidor de planos privados. Já com a CAIXA, espera-se que o intercâmbio de informações reduza as demandas judiciais nas quais atuem como parte empresas do sistema bancário.



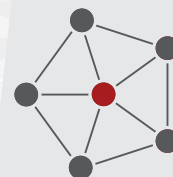


Mesa de apresentação do Sistema de Mediação Digital.

O Ministro Ricardo Lewandowski reiterou que essa é mais uma iniciativa de caráter estruturante do CNJ, com a qual se mostra que o CNJ busca, cada vez mais, promover ações que visem ao bem-estar da sociedade. O Ministro frisou que, apesar de a função essencial do Poder Judiciário ser a prestação jurisdicional, o juiz deve ser um pacificador.

Por fim, mencionou ainda que será assinado futuramente termo de cooperação com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, cuja finalidade é a troca de dados e informações para resolução de conflitos de forma amigável, redução da litigiosidade e maior celeridade no julgamento de eventuais ações que tenham a instituição como parte.

O arquivo com o Lançamento do Sistema de Mediação Digital pode ser acessado pelo *link*: [Lançamento do Sistema de Mediação Digital](#).



4 Palestra: “Sistema Eletrônico de Execução Penal”

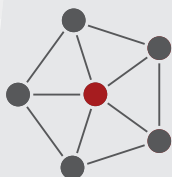
O Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Geraldo Lanfredi, apresentou aos participantes presentes o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU).

O SEEU foi criado para sistematizar e organizar dados sobre a situação judicial de pessoas encarceradas em todo o país. Segundo o Juiz, a melhoria da gestão processual por meio do SEEU deverá aliviar a superlotação carcerária devido à maior segurança e rapidez do fluxo de informações, além de permitir que magistrados dediquem mais tempo a métodos alternativos de readaptação social e de fiscalização do cumprimento da pena.



Luís Geraldo Lanfredi, Juiz Auxiliar do CNJ e expositor da Palestra: “Sistema Eletrônico de Execução Penal”

O Magistrado expôs que o Poder Judiciário, por muitos anos, tolerou a prática de manter os presos encarcerados, sendo necessário haver ruptura com o sistema até então constituído. Lembrou que, em 2014, ano que esta Gestão do CNJ tomou posse, o panorama constatado nos mutirões carcerários já demonstrava



realidade bastante problemática. Segundo o juiz, hoje o Brasil conta com mais de 620 mil presos, distribuídos em pouco mais de 350 mil vagas, ou seja, 2 presos para cada vaga. Assim, a atual gestão do Judiciário teve de efetuar ações e iniciativas desafiadoras, para que esses paradigmas fossem enfrentados, discutidos e colocados à prova.

Diante de tamanho problema, o Poder Judiciário preocupou-se com uma gestão mais qualificada da informação e sobretudo da tramitação do processo de execução penal.

Destacou que o SEEU contempla os seguintes requisitos e premissas: garantia do fiel cumprimento das atribuições previstas na Lei de Execução Penal; adequado processamento das informações; gestão confiável e compilação automática dos dados; produção de relatórios estatísticos; promoção de políticas públicas efetivas a partir do seu alto controle das atividades; monitoramento mais próximo da realidade da execução penal do país; entre outros.

Concluiu informando que o SEEU é uma ação estratégica e uma política de Estado, criado para ser o sistema de execução penal nacional. A adoção do sistema trará a decompressão do sistema carcerário nacional, já que proporciona maior segurança e rapidez no processamento das informações e decisões.

O arquivo com a apresentação do Luís Geraldo Lanfredi, Juiz Auxiliar do CNJ, pode ser acessado pelo *link*: [Apresentação: Palestra do Dr. Luís Geraldo Lanfredi](#).



5 PAINEL: POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Compuseram a mesa os Conselheiros Bruno Ronchetti, Carlos Levenhagen, Carlos Eduardo Dias e Fernando Mattos.

O Conselheiro Bruno Ronchetti fez uma breve apresentação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e destacou que a estruturação e adequação são fundamentais para garantir a justiça.

Ressaltou que o primeiro grau de jurisdição sofre a maior demanda de serviços judiciais. Segundo o Conselheiro, o Relatório Justiça em Números 2015 mostrou que dos 28,9 milhões de casos novos do Poder Judiciário, 16,9 milhões ingressaram no Primeiro Grau, o equivalente a 86% do total de processos. Além disso, dos 70,8 milhões de casos pendentes no Poder Judiciário, 58,8 milhões se encontravam na Primeira Instância, o que representa 95% do acervo processual.

Elencou que, conforme Resolução CNJ n. 194/2014, a reestruturação do primeiro grau encontra-se em nove linhas de atuação, quais sejam alinhamento ao plano estratégico; equalização da força de trabalho; adequação orçamentária; infraestrutura e tecnologia; governança colaborativa; diálogos social e institucional, prevenção e racionalização de litígios; estudos e pesquisas; e formação continuada.

Enfatizou que a gestão da política cabe à Rede de Priorização, ressaltando assim a importância dos Comitês Gestores Regionais, conferindo-lhes a função de fomentar e coordenar as ações vinculadas à política com o devido monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados, bem como de promover a interlocução com o CNJ.

O Conselheiro lembrou as três Resoluções que funcionam como “tripé” da Política de valorização da 1ª Instância, quais sejam: Resolução CNJ n. 194/2014, que instituiu efetivamente a Política de Priorização da Primeira Grau; a Resolução CNJ n. 195/2014, sobre a distribuição do orçamento entre os órgãos do judiciário; e a Resolução CNJ n. 219/2016, que trata da distribuição de servidores e cargos entre as instâncias. “Para o funcionamento pleno das Resoluções é necessário o funcionamento pleno dos Comitês Regionais”, complementou o Conselheiro.



O Conselheiro destacou que foram realizadas duas pesquisas voltadas à Política de Priorização do 1º Grau: Pesquisa de Opinião aos Magistrados e Questionário de Implementação da Política de Priorização. Informou ainda que foram constatadas, em ambas consultas, a ausência da atuação do Comitê Orçamentário e a escassez de rotinas dos Comitês Regionais.

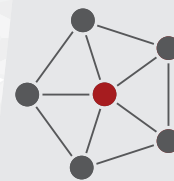
Destacou-se ainda que a pesquisa direcionada aos magistrados de primeiro grau revelou que há problemas na instituição dos Comitês, insuficiência dos resultados, que os partícipes não são considerados na elaboração de ações voltadas à Política.



Painel: Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

O Conselheiro Carlos Eduardo Dias salientou que a Política de Priorização da Primeira Grau é pública e contínua no CNJ e é fundamental que seja permanentemente adotada e implantada.

Enfatizou que a valorização do primeiro grau não significa conferir competição com o segundo grau de jurisdição e, sim, valorizar aquele segmento que tem demanda maior e alto índice de congestionamento, dando-lhe condições para funcionar plenamente, favorecendo, inclusive, a condição de vida dos magistrados.



Por fim, o Conselheiro Fernando Mattos sustentou que, apesar de o juiz não ser um administrador, ele deverá atuar como um gestor e utilizar as técnicas de administração em sua seção judiciária. O Conselheiro explanou, a título de exemplo, sobre o modelo de gestão adotado na Justiça Federal e sugeriu que os tribunais promovam adequação na divisão dos trabalhos, visando aperfeiçoar o atendimento às demandas do primeiro grau de jurisdição.

O arquivo com o Painel Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição pode ser acessado pelo *link*: [Painel Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição](#).



6 Painel: Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Em seguida, foi apresentado o segundo painel, Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Compuseram a mesa os Conselheiros Gustavo Tadeu Alkmim e Dalciça Santana.

O Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim, membro da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, defendeu a democratização da gestão do Judiciário e o aumento da participação dos magistrados, especialmente os de primeiro grau, em definições estratégicas dos tribunais, como a criação de metas, a elaboração das propostas orçamentárias e a definição de políticas de gestão de pessoal.

Ao falar sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário na 1ª Reunião Preparatória do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, o Conselheiro fez uma retrospectiva sobre a política de definição de metas implementada nos últimos 10 anos pelo CNJ.



Painel: Estratégia Nacional do Poder Judiciário



Segundo o Conselheiro, apesar de eventuais críticas, somente a partir da Política de Metas é que foi possível ter uma radiografia do funcionamento do Judiciário. “De alguma maneira, a partir do momento em que se passou a ter uma estratégia, um planejamento e a busca de metas, o Poder Judiciário passou a conhecer melhor a si mesmo”, afirmou o Conselheiro.

Para o Conselheiro, a Política de Metas nestes 10 anos não se esgotou e se mostra necessária, mas é preciso democratizar o seu processo de definição, a partir de um envolvimento maior dos magistrados a quem as metas são direcionadas. “Precisamos dar um passo além dessa política de metas, a começar pela democratização interna do Poder Judiciário”, disse o Conselheiro, defendendo o diálogo efetivo com os juízes envolvidos, a participação da magistratura na construção da Política de Metas e na mudança do modelo de definição dessas metas, passando de uma estrutura verticalizada, em que tribunais e magistrados recebem a demanda de cima para baixo, para uma estrutura horizontalizada.

O Conselheiro destacou que pesquisas realizadas pelo CNJ demonstram haver um alto grau de insatisfação entre os juízes de primeiro grau com a sua estrutura de trabalho. Para o Conselheiro, apenas com a ampliação da inserção dos magistrados nas decisões estratégicas dos tribunais, como a definição das metas a serem perseguidas, do orçamento do tribunal e da política de gestão de pessoal, poderá reverter o problema.

Por fim, defendeu ainda que o Judiciário só terá condições de dar continuidade aos serviços prestados à sociedade se pensar coletivamente. Assim é necessário criar mecanismos para ouvir os juízes, para tornar possível a participação efetiva dos magistrados nas decisões estratégicas dos tribunais.

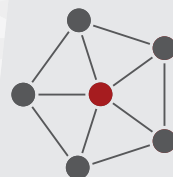
O arquivo com o painel da Estratégia Nacional do Poder Judiciário pode ser acessado pelo *link*: [Painel: Estratégia Nacional do Poder Judiciário](#).



7 Reuniões da Rede de Priorização do Primeiro Grau

Na manhã do dia 4 de maio, magistrados e servidores se reuniram para discutir formas para aprimorar a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, debatendo sobre questões ou problemas identificados na implementação da Política e promovendo discussão aberta quanto a suas causas e eventuais soluções.

Ressalta-se que os grupos de discussão foram divididos em segmentos de justiça e, ao final das reuniões setoriais da Rede de Priorização, foi realizada uma plenária com apresentação das contribuições apresentadas ao longo da manhã.





Reuniões setoriais

O arquivo com as apresentações das Setoriais da Rede de Priorização do Primeiro Grau pode ser acessado pelo *link*: [Setoriais da Rede de Priorização do Primeiro Grau](#).

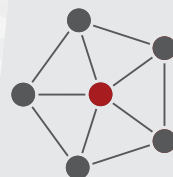
O arquivo com a apresentação da plenária Priorização do Primeiro Grau pode ser acessado pelo *link*: [Plenária Priorização do Primeiro Grau](#).

8 Reuniões da Estratégia Nacional

No período vespertino, os integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (RGCPJ) reuniram-se em segmentos de justiça, com o objetivo de discutir, preliminarmente, as propostas de metas nacionais para 2017.

Para essa reunião, foi solicitado aos coordenadores que trouxessem uma proposta preliminar de metas para apoiar as discussões com a RGCPJ durante a reunião setorial.

Recomendou-se aos participantes que as propostas de metas discutidas em cada segmento fossem divulgadas nos respectivos tribunais, para posterior realização de processos participativos com magistrados e servidores, visando democratizar ainda mais o processo de formulação de metas nacionais.



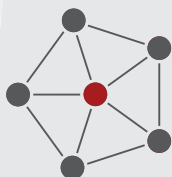
9 Debate com os membros da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento

Compuseram a mesa os Conselheiros do CNJ Daldice Santana, Gustavo Alkmim, Bruno Ronchetti, Fernando Mattos, Carlos Eduardo Dias, José Norberto Campelo e Luiz Cláudio Allemand.

A Conselheira Daldice Santana agradeceu aos representantes dos tribunais pelo comparecimento ao evento e pelo empenho na realização das reuniões setoriais. Lembrou que, quando se trata de gestão e planejamento, tem de haver proximidade entre os órgãos do Poder Judiciário, sendo esse debate fundamental para que se possa traçar um plano em termos nacionais.

A Conselheira recomendou que os tribunais fortaleçam outras formas de prestação jurisdicional, como Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), para que, cada vez mais, diminua o grau de litigiosidade.

Logo em seguida, foram apresentados questionamentos efetuados pelos participantes que foram respondidos pelos Conselheiros do CNJ. Os referidos questionamentos podem ser visualizados no *link*: [Debate com os membros da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento](#).



The background features a repeating geometric pattern of stylized stars or snowflakes, each composed of multiple triangles meeting at a central point. The pattern is rendered in shades of light gray and white. A diagonal line divides the page from the top-left corner to the bottom-right corner. The area above and to the left of this line is a solid, light gray color, while the area below and to the right is filled with the geometric pattern.

www.cnj.jus.br